

Nos últimos textos de nossa coluna constatamos que os registros sobre a CPLP em 20 anos nos dois maiores jornais impressos brasileiros, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, são tão raros que afirmamos a inexistência da comunidade lusófona no Brasil. Agora, avançaremos na investigação para buscar o porquê dessa opção brasileira em silenciar, ocultar e apagar as profundas relações histórico-identitárias com a comunidade dos países de língua portuguesa.

Sugiro que as respostas para a invisibilização da comunidade lusófona no Brasil estão nos rastros dos textos, das imagens, dos registros deixados nessas duas décadas pela *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Diante dos restos das notícias sobre a CPLP nesses dois jornais utilizamos como método buscar enxergar esses rastros, como diz Ginzburg (2007), porque eles emergem e são sinais dessas torções que produziram a invisibilização da lusofonia no Brasil.

Começamos com um caso exemplar: quando a CPLP foi criada, o presidente do Brasil era Fernando Henrique Cardoso (FHC). Antes de 17 de julho de 1996, algumas ações/reuniões tinham sido realizadas para preparar a institucionalização da entidade. A *Folha de S. Paulo* não viu isso e só noticiou a CPLP quando o presidente FHC vai a Lisboa para participar do ato de fundação. No dia 16 daquele mês, um dia antes, *O Globo* e a *Folha* publicam uma entrevista de FHC ao *Diário de Notícias*, de Lisboa. O título dela foi: “FH: brasileiro pensa como caipira”.

O presidente brasileiro afirma que o brasileiro “pensa como caipira”, é “isolacionista” e “rejeita a globalização”. Ele diz que morou muitos anos fora do Brasil e que os brasileiros são caipiras porque “desconhecem o outro lado, e quando conhecem, encantam-se” (*O Globo*, 16/07/1996, p. 3). Para explicar o ser “caipira” do brasileiro, o presidente recorre à matriz racial/identitária: é “sem dúvida nenhuma, a variante da mentalidade crioula”, diz o presidente e sociólogo. Perceba, FHC encontra na “variante da mentalidade crioula” a responsável pelo atraso civilizacional.

A entrevista foi concedida nas vésperas da criação da CPLP, entidade com maioria de países africanos, com povos que falam o português e outras línguas, inclusive o crioulo. Seria esse o cartão de visita do Brasil na nova organização internacional: a necessidade de rejeição e do apagamento da “mentalidade crioula”? Apagar ela do brasileiro ou do Outro diante de nós? Estaria aí o indicativo de como deveríamos lidar com uma comunidade majoritariamente crioula?

De saída, a fala do presidente brasileiro conecta dois movimentos internos: 1) o incômodo do

representante da elite brasileira diante do ser “caipira”, de “mentalidade crioula”, atrasado pois rejeita a globalização, e 2) a exigência de mudança dessa condição, afinal quem fala é o presidente branco, intelectual e que morou na Europa. Agora, com ele, o Brasil deveria caminhar para o moderno, abrir-se ao mundo, buscar se inserir no cenário mundial, “encantar-se”, mas, para isso, era preciso apagar a “mentalidade crioula”.

O presidente da República é uma fonte jornalística primária e, nesse caso, é o líder do maior país lusófono, em que grande parte do povo é constituída por crioulos. Na fala de FHC, há um forte componente racial. Fica claro que seu discurso remete a um projeto de nação advindo do Brasil Colônia e formulado pela elite nacional. Esse projeto foi materializado, por exemplo, em obras como “O caráter nacional e as origens do povo brasileiro” (1881) e a “História da literatura brasileira” (1888), do intelectual sergipano Silvio Romero. Nelas, o brasileiro é resultado de “uma sub-raça mestiça e crioula, nascida da fusão de duas raças inferiores, índio e negro, e de uma superior, a branca ou ariana” (Chauí, 2013, p. 43).

A *intelligentsia* nacional, que é eurocêntrica, desenvolveu a ideia de que o Brasil precisava acertar os passos com a Modernidade, no dizer de Canclini (1997), isto é, alinhar-se às potências capitalistas, e isso ocorre de forma simultânea com o apagamento de tudo que revele em *nós* os traços do “passado atrasado”, conformado no índio, negro, caipira, crioulo. Não foi por outro motivo que Renan (2006) sustentou que o “esquecimento” é um fator essencial na construção das nações. A fala do presidente do Brasil, em 1996, estava ajustada às lógicas da herança colonial, do eurocentrismo e da globalização.

Esse registro revela a presença incômoda do Outro, negro e crioulo *entre nós* e que impede, segundo FHC, que alcancemos o “outro lado”, o mundo global e “encantado”. Para além do Outro interno, de mentalidade crioula, o Brasil está diante de um Outro-Comunidade, que também tem uma configuração majoritária crioula. Ou seja, tem-se, assim, as potências como o Outro “encantado”, desejado e imitado, em oposição ao Outro “rejeitado”, negro, pobre, crioulo – interno e externo – a ser apagado. Esse é um forte indicativo para a invisibilização da comunidade lusófona no Brasil.

Na prática, o que se verificou no decorrer dos anos seguintes em *O Globo* e na *Folha de S.Paulo* depois da criação da CPLP foi exatamente uma política de combate à comunidade lusófona por parte do Brasil, que vai desde o não reconhecimento expresso em silenciamentos reiterados, até na criminalização dos contatos do Governo Lula, por exemplo,

com a África lusófona, o que veremos mais na frente.

A entrevista de FHC foi publicada na página 3 em *O Globo*, e na 5 na *Folha*, nos primeiros cadernos e na editoria da política nacional, espaços em que os jornais se dedicam a temas mais importantes. Entretanto, as informações sobre a criação propriamente dita sobre a CPLP ganharam um pequeno quadro/box ao lado da entrevista, com o título “Sete países unidos pelo mesmo idioma” (*O Globo*, 16/07/1996, p. 3). Diferentemente da *Folha*, em *O Globo* os nomes dos países da CPLP foram ditos, mas sem qualquer indicação histórica que permitiria associá-los a uma comunidade, e a nós a eles.

Na *Folha* do dia 18 de julho de 1996, encontra-se a notícia da oficialização da CPLP. Nela, o jornal informa que o presidente FHC destina U\$S 4 milhões a “programas de cooperação com países africanos de língua portuguesa”. Essa ação, porém, não se confirmou ao longo dos anos. Nessa notícia, o preço das “doação” estava estampado no jornal: “Em contrapartida, o Brasil ganhou o endosso formal dos seus seis sócios na CPLP para sua candidatura a uma vaga no Conselho de Segurança da ONU” (*Folha*, 18/07/1996, Brasil, p. 5).

Outro recorte significativo desse início é o que trata da viagem de FHC até Moçambique em 2000, onde ele participou da conferência da CPLP. A notícia está na *Folha de S.Paulo* de 18 de julho daquele ano e confirma os modos de compreensão de como o Brasil deveria tratar essa comunidade. O jornal destaca que o presidente Fernando Henrique “perdoou 95% da dívida” de Moçambique e enfatiza, com o uso de verbos de força, as ações de FHC como um agente superior e apartado dos demais “países pobres da comunidade”. Fernando Henrique, narra o jornal, “incorporou o papel de líder do bloco” e “anunciou o repasse”. “De uma vez só”, FHC “mandou recados para dissidentes políticos de Angola, cobrou união do grupo para enfrentar os efeitos da globalização, estabeleceu prioridades para o desenvolvimento comum, distribuiu verbas para treinamento de pessoal e disponibilizou tecnologia” (*Folha*, 18/07/2000, p. 7).

Essas ações de força da FHC lembram os “Códigos de Postura” e as violentas reformas sanitárias e urbanas dos séculos XVIII e XIX, aplicados pela elite brasileira para o controle, punição, apagamento e invisibilização da raça negra e dos pobres (Schwarcz, 2012). Nessa notícia da *Folha*, a condição do Brasil como principal ator do CPLP, aquele que manda, cobra, estabelece, distribui, é reforçada pela informação de que o discurso de FHC “foi voltado principalmente para os ‘primos pobres’ africanos”. O jornal até revela o parentesco entre

brasileiros e africanos, mas para marcá-los como a diferença, os Outros, os “primos pobres” em oposição a nós, os “ricos”.

Para reforçar essa condição de superioridade, já destacada nos verbos de força do presidente brasileiro e a existência do Outro, a *Folha* ressalta que a comitiva de Fernando Henrique era a maior da CPLP, que se deslocava com 15 carros pela capital de Moçambique. A notícia arremata informando que “os seguranças brasileiros são os mais ostensivos, mantendo FHC isolado todo o tempo dos jornalistas”, ou seja, imune, um rei que vai a colônia inspecionar seus subordinados.

O Globo também esteve em Moçambique para acompanhar o presidente FHC. Na edição de 18 de julho de 2000, o jornal trouxe um relato semelhante ao da *Folha*, destacando o perdão da dívida e as ações de “comando” do presidente brasileiro. Na fotografia aparece FHC recebendo um xale de Xanana Gusmão, líder do Timor-Leste, como se fosse uma coroação ao líder dos países da CPLP. Na prática, o ativista timorense tentava arrancar do brasileiro um aceno de apoio à luta pela independência, apoio que não aconteceu. O Brasil mantinha acordos comerciais com a Indonésia, que tinha invadido o Timor, e foi o último país da CPLP a se manifestar em favor do Timor-Leste.

Os textos da *Folha* e de *O Globo* revelam uma postura de uma miragem neocolonial brasileira em relação aos países africanos lusófono e de indiferença ao Timor-Leste. Com Portugal, uma aliança fria, mas de algum encantamento. Essas ações do presidente FHC, às quais os jornais empregam força narrativa, fazem-nos lembrar das considerações de Said (2011) sobre as expansões imperialistas dos séculos XV e XVI, onde se constrói uma relação de naturalidade entre os povos superiores e inferiores. Aqui, temos uma potente formação ideológica que fabrica o soberano com a missão divina de agir, mandar, cobrar, estabelecer, governar os inferiores que, por sua vez, reconheciam-se como subordinados (Said, 2011).

Ressaltamos ainda dois aspectos nas notícias na relação entre o presidente Fernando Henrique e a CPLP. O primeiro é o das fotografias. Em *O Globo* e na *Folha* são poucas as notícias em que existem imagens de FHC associadas à comunidade lusófona. Quando ele aparece, a foto o mostra como intelectual, líder que circula “encantado” por Lisboa, o comandante dos países pobres. Há apenas uma fotografia na *Folha de S.Paulo*, edição de 18 de julho de 1996, em que personagens negras, os presidentes dos países lusófonos da África estão próximos de FHC: é a foto de criação da CPLP. No centro, estão o presidente e o

primeiro-ministro de Portugal, Jorge Sampaio e António Guterres, respectivamente. FHC, apesar de se localizar mais para a ponta da cena, busca conversar com o presidente português, único sinal de diálogo na imagem.

Talvez isso revele um pouco do interesse do Brasil na CPLP, pelo menos naquela ocasião. Diante de Portugal e Brasil, os demais presidentes das nações lusófonas africanas são como figuras visível e invisível. São visíveis como forma de ostentação dos líderes, parecem soldados uniformizados e prontos a apoiar as ações dos comandantes, a exemplo de votar no Brasil para o Conselho de Segurança da ONU. Todavia, os africanos são invisíveis quando reivindicam o direito do reconhecimento identitário e uma comunidade sem fronteiras.

Outro aspecto a destacar e que está alinhado às reflexões anteriores é que, em grande parte das notícias sobre a CPLP em que o presidente Fernando Henrique foi a personagem principal, as retrancas/marcas/selos utilizadas pelos dois jornais foram sempre: Viagem, Diplomacia, Portugal, Governo. Não há indicações ou associações identitárias e comunitárias. Essas retrancas foram alteradas no Governo Lula.

Nesse sentido, na próxima semana, vamos lidar com algumas notícias sobre essa comunidade, desde vez quando o presidente do Brasil era Lula da Silva. Assim, continuaremos a passear por entre essas raras notícia sobre a CPLP em 20 anos nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* para perceber o porquê da comunidade lusófona ser invisível no Brasil.

Referências

- Canclini, N. (1997). *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp.
- Chauí, M. (2013). *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. S. Paulo: Perseu Abramo.
- Ginzburg, C. (2007). *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia das Letras.
- Renan, E. (2006). *O que é uma nação? 1882*. Revista Aulas: Unicamp, 21p. Disponível em <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>. Acessado em 11 fev. 2014.
- Said, E.W. (2011). *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarcz, L. (2012). *Marcas do período; População e sociedade*. In: SCHWARCZ, Lilia (coord.). *A abertura para o mundo 1889-1930*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 19-83.